

Márcia Kolumbe

Arthur Virgílio teme desajuste entre gastos e arrecadação do governo federal



## Virgílio pede explicação para atraso na restituição

Líder do PSDB pede comparecimento de Guido Mantega e do secretário da Receita à Comissão de Assuntos Econômicos para esclarecer causas do adiamento da devolução do imposto pago a mais. **3**

# Comissão aprova incentivo fiscal para a energia limpa

**Estímulo à redução no consumo de água**

Comissão defende equipamentos sanitários mais modernos. **4**

**Mais cuidado com as águas pluviais nas cidades**

Mudança nas diretrizes do saneamento é aprovada. **4 e 5**

Empresas que trabalham com energias eólica, solar e marítima ficarão isentas de uma série de contribuições e impostos, conforme projeto acolhido pela Comissão de Infraestrutura

J. Freitas



Presidida por Collor (à Mesa, com Eliseu Resende), a comissão aprovou tarifa menor para internet em cidades pequenas

**R**edução da carga tributária compensará o alto custo dos empreendimentos que produzem energia de fontes limpas e renováveis, segundo o autor da proposta, Fernando Collor. Uma das exigências do projeto – que será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos – é que as beneficiárias estejam em dia com os tributos federais. **4 e 5**

José Cruz

A comissão começou a examinar a indicação de Wilson Trezza (à esq., ao lado de Azeredo, Tuma, Jereissati e Mesquita Júnior) para a Abin



## Opositor de Chávez pode falar sobre adesão ao Mercosul

O prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, um dos importantes opositores do presidente venezuelano Hugo Chávez, deve ser convidado a falar na Comissão de Relações Exteriores. Ele defende o ingresso da Venezuela no Mercosul. **8**

## Cristovam quer todo o dinheiro do pré-sal na educação

“Pode-se transformar um recurso esgotável em uma fonte de recursos inesgotável: a inteligência” – assim Cristovam Buarque defendeu, em audiência pública, a aplicação de “todos” os recursos do pré-sal na educação. **6**



Na Comissão de Direitos Humanos, Cristovam ouviu João Antônio (E), da Federação Única dos Petroleiros

## Consumidor terá acesso a dados da fiscalização de postos

Proposta obriga Agência Nacional do Petróleo a divulgar resultados de suas inspeções nos estabelecimentos. **4 e 5**

Márcia Kolumbe



Senador menciona caso de idoso que obteve passagem de ônibus gratuita

## Paim elogia persistência de idoso do DF

O senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou em discurso o aposentado José Antônio Lopes, de 74 anos, morador do Distrito Federal, que insistiu até conseguir uma passagem de ônibus gratuita para São Luís, como determina o Estatuto do Idoso. Paim elogiou também o jornal *Correio Braziliense* que, na sua edição de ontem, contou a história do aposentado.

Segundo o jornal, a empresa Transbrasiliana vinha se recusando a oferecer uma passagem gratuita por viagem interestadual e conseguiu, há cerca de dois anos, uma liminar na Justiça para não cumprir o Estatuto do Idoso. A empresa, conforme a reportagem, lida em parte pelo senador gaúcho, chegou a receber até seis autuações por dia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Na terça-feira, a liminar foi derrubada. O aposentado do DF será o primeiro beneficiado, pois vinha insistindo na concessão da gratuidade.

Paulo Paim também registrou em seu pronunciamento que a União Geral dos Trabalhadores (UGT) decidiu seguir outras entidades e apoiar o movimento pela aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projetos que reajustam os benefícios dos aposentados e extinguem o fator previdenciário.

Senador apoia produtores rurais e afirma que os verdadeiros responsáveis pela destruição da Floresta Amazônica são os invasores e os assentados da reforma agrária

## Goellner defende criação de CPI para investigar MST

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu ontem a criação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar a remessa de recursos que se faz indiretamente para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio de outros órgãos.

– As invasões de terra são benéficas apenas para os líderes populistas de supostos movimentos sociais. Os assentamentos oriundos da suposta reforma agrária levada a efeito pelo governo são em sua maioria dependentes de verbas públicas – afirmou.

Goellner disse que é preciso derrubar certos mitos em relação aos agricultores, entre os quais o de que são nocivos para o país, pois destroem a natureza. Na verdade, segundo o parlamentar, os agricultores são os principais responsáveis



Goellner: é preciso derrubar mitos em relação ao campo

pela economia brasileira, atualmente, e sabem muito bem aliar produção sustentável à preservação ambiental.

### Desmatamento

Baseando-se em dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Gilberto Goellner afirmou ainda que os verdadeiros responsáveis pelo desmatamento e a destruição da Floresta Amazônica são os invasores de terra e os assentados.

– De acordo com o Imazon,

os assentamentos rurais foram responsáveis pela destruição de 106 mil quilômetros quadrados de mata nas últimas três décadas, principalmente nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará – informou.

Citando dados divulgados pelo jornalista Carlos Alberto Sardemberg, o senador garantiu que os produtores rurais são responsáveis pelos bons números da balança comercial brasileira.

– Total das exportações brasileiras em 2008: US\$ 197,9 bilhões e a parcela do agronegócio é de US\$ 71,8 bilhões – 36,3%. Total das importações brasileiras em 2008: US\$ 173,2 bilhões e a parcela do agronegócio é de US\$ 11,8 bilhões – 6,8%. Superávit da balança comercial em 2008: US\$ 24,7 bilhões. Superávit do agronegócio: US\$ 59,9 bilhões – anunciou Goellner.

## Cristovam lamenta aumento do número de analfabetos adultos

Ao comentar a piora da posição do Brasil no ranking do IDH de 2009, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para os grandes problemas sociais do país. Ele considerou uma tragédia o fato de ter crescido em 111 mil o número de analfabetos adultos no país, entre 2007 e 2008. Mantidas as mesmas condições atuais do sistema educacional, o Brasil levaria, na avaliação do senador, 56 anos para eliminar o analfabetismo.

– Nós temos uma “marolona” no social, mesmo que na econo-

mia tenha sido uma marolinha. E todos os indicadores e estudos mostram que o problema brasileiro está, sobretudo, no que se refere à educação de base, no que se refere à educação de nossas crianças – disse, referindo-se ao diagnóstico do presidente Lula em relação à crise econômica mundial, classificada de “marolinha”.

Cristovam atribuiu a piora da classificação do IDH do país à qualidade ruim da educação básica oferecida às crianças e também ao aumento da taxa de analfabetismo.

Em aparte, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) concordou com Cris-



“Nós temos uma ‘marolona’ no social”, adverte Cristovam Buarque

tovam sobre a necessidade de melhorar o sistema educacional como condição para o desenvolvimento. Segundo ele, quando se fecha a via da educação, “abrem-se outras” de desgraças sociais, como a prostituição, a miséria e o analfabetismo.

## Campanha de doação de sangue no Senado inscreve 50 servidores



Servidores participam da sétima campanha promovida pelo Senado: são 345 doações desde a primeira edição

O Senado realizou na manhã de ontem a sétima Campanha de Doação de Sangue, realizada em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB). Cerca de 50 servidores se inscreveram como doadores.

A ação, que acontece desde 2005, faz parte do Programa de Voluntariado e Responsabilidade Social e tem a coordenação do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional (SQV) da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), em parceria com a Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams). Desde a primeira edição, já foram realizadas 345 doações.

O objetivo do programa, explicou a chefe do SQV, Denise Costa Lisboa, é sensibilizar as pessoas em relação à importância de doar sangue. O hemocentro alerta sobre a necessidade de ampliação do número de doadores para salvar vidas.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores, Romeu Tuma (PTB-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

### Presidente da África do Sul visita o Senado

Às 13h, no Itamaraty, o presidente do Senado, José Sarney, participa de almoço oferecido pelo presidente Lula ao presidente da África do Sul, Jacob Zuma. Ele é o quarto presidente desde o fim do *apartheid*. Às 15h15, Sarney recebe Zuma no Salão Nobre.

### Funasa aponta erro em matéria publicada ontem

A assessoria de imprensa da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) enviou nota de esclarecimento ao *Jornal do Senado* sobre afirmação do presidente da entidade, Danilo Forte, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre malária. A matéria referente ao debate foi publicada na edição de ontem. Abaixo, a nota.

“Em relação à reportagem ‘Parlamentares pedem medidas urgentes para combater doença’ (malária), publicada na página 8 da edição desta quinta-feira (8/10) do *Jornal do Senado*, a Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde da Funasa esclarece que:

1- É incorreta a informação atribuída ao presidente da Funasa, Danilo Forte, durante debate na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, no dia anterior, de que “apenas R\$ 113,6 mil foram efetivamente liberados”, pelo governo federal, para ações de combate à malária no estado do Pará, incluindo o arquipélago do Marajó.

2- O que, na verdade, o presidente Danilo Forte afirmou, na ocasião, é que, dos R\$ 120 milhões destinados a obras de drenagem em áreas de malária no Pará, R\$ 113,6 milhões foram contratados e, destes, R\$ 74,4 milhões, empenhados. O presidente da Funasa esclareceu ainda que, até o momento, R\$ 4 milhões já foram pagos.”

Líder do PSDB anuncia que apresentará requerimento convidando ministro da Fazenda e secretário da Receita Federal a falar a senadores na CAE

# Virgílio cobra explicações sobre o atraso na restituição do IR

O LÍDER DO PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou em Plenário que vai apresentar, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), terça-feira, requerimento de convite ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao secretário da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, para que ambos expliquem as causas do atraso nas restituições do Imposto de Renda. Virgílio considerou insuficientes as declarações do ministro publicadas na imprensa, segundo as quais a medida havia sido adotada pelo governo por causa da queda na arrecadação tributária da União.

– São R\$ 4,5 bilhões. Eles anunciam que pagarão R\$ 1,5 bilhão neste ano e deixarão R\$ 3 bilhões para o primeiro trimestre de 2010. Isso não é normal. A praxe é a restituição se dar no mesmo ano. Obviamente que a resposta do ministro não foi, pelo menos por mim, considerada adequada – afirmou o senador.

O senador disse que vai perguntar a Mantega o porquê do atraso e se o fato seria episódico ou um prenúncio de uma crise fiscal que, em sua avaliação, vem se avizinando do atual governo. Para ele, a retenção



Para Virgílio, governo deve cortar despesas

das devoluções do Imposto de Renda pode ser um sinal de que o governo, que, em sua opinião, pratica uma boa política monetária, não está conseguindo ajustar a estrutura de gastos à estrutura de arrecadação do Estado.

Na visão de Virgílio, o governo “deve cortar despesas, e não pagamentos essenciais como esse”, que afetam diretamente a classe média, mas indiretamente a todos os setores que dependem desses recursos para girar a economia, como a indústria e o comércio.

– O governo federal simplesmente não tem quem o puna. Ele simplesmente diz que este ano não vai resti-

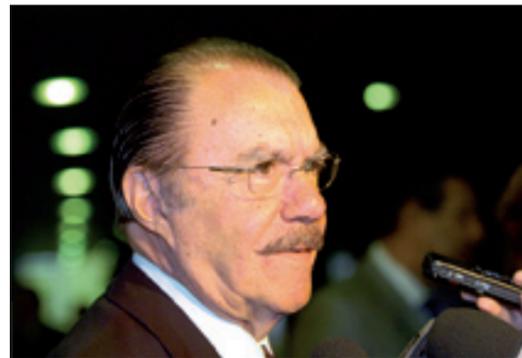
tuir o que deve aos contribuintes e fica por isso. Eu não considero que seja uma coisa justa. Termina sempre a corda arrebatando do lado do mais fraco, do lado do menor – protestou o senador.

## Rodovias na Amazônia

Arthur Virgílio saudou a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de permitir a pavimentação da BR-363, que liga Boca do Acre, no Amazonas, a Rio Branco, no estado do Acre. Ele disse que a notícia é alvissareira para a população da região, pois vai permitir a redução do custo e do tempo de transporte das mercadorias. Recebeu apoio do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o qual afirmou que a decisão vai beneficiar também a população de seu estado, Rondônia.

## Controladores de voo

Antes de encerrar seu pronunciamento, Arthur Virgílio elogiou a publicação da revista dos sargentos controladores de voo, denominada *Vetor Brasil*, que irá divulgar os fatos relacionados com a vida cotidiana da comunidade que zela pelo controle do tráfego aéreo e a segurança dos voos.



Sarney lembra que a Receita sempre foi muito respeitada

## Sarney prefere não acreditar em atraso

Informado, na tarde de ontem, sobre a decisão do governo de retardar a restituição do Imposto de Renda de 2009, o presidente do Senado, José Sarney, disse que a Receita Federal sempre foi uma instituição muito respeitada no Brasil e que deseja continuar acreditando que ela não adotou esse procedimento.

– Olha, eu não tenho nenhuma informação a esse respeito. O que tenho a dizer é que a Receita é um órgão que sempre teve uma qualidade muito respeitada no Brasil e não seria por motivos dessa natureza que eles iam proceder assim. Eu prefiro acreditar que a Receita ainda é um órgão que não tem esse procedimento.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que, devido à crise econômica e à queda da arrecadação tributária, os contribuintes terão que esperar um pouco mais para receber a restituição do Imposto de Renda. O ministro disse ter enviado uma mensagem aos contribuintes afirmando que eles não terão prejuízo.

## Suplicy lê carta de defesa do governador do Piauí

Em nome do governador do Piauí, Wellington Dias, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu ontem denúncias feitas anteriormente pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Suplicy leu um ofício encaminhado a ele pelo governador reiterando informações sobre o Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato, no Piauí. Segundo o ofício, essa estrutura aeroportuária está em construção, obedecendo a compromisso assumido pelo atual governo.

O ofício afirma que na primeira fase da obra já foram concluídas a pista de pouso com 1.650 metros de extensão e 45 metros de largura; a pista de taxiamento com 200 metros de extensão e 18 metros de largura; o pátio de estacionamento com 150 metros de extensão e 80 metros de largura; e a pista de serviços, além da aquisição da viatura de combate a incêndio.

Conforme o ofício lido por Suplicy, a segunda fase da obra está em andamento, com a construção do terminal de passageiros com área de 3.578,8 metros



Suplicy apresenta dados sobre obras no Aeroporto de São Raimundo Nonato

quadrados; instalações de sistemas eletrônicos aeroportuários, elétricas, telefônicas, hidráulicas, sanitárias e de combate a incêndio; ar-condicionado e ventilação.

Na terceira etapa, prosseguiu o senador, será executada a ampliação da pista de pouso em mais 850 metros de extensão e 45 metros de largura, totalizando 2.500 metros, e a adequação da plataforma da pista em toda a sua extensão para a largura de 300 metros, atendendo às novas determinações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

para aeronaves do tipo Boeing 737-300.

No ofício, lido por Suplicy, o governador Wellington Dias informa ainda que, desde 29 de junho, vários pousos e decolagens foram operados no Aeroporto de São Raimundo Nonato.

Heráclito Fortes disse, em aparte, que Suplicy foi colocado pelo governador do Piauí na tribuna do Senado como “ventríloquo de inverdades”. Ele afirmou que Suplicy recebeu duas cartas do governador, que mentiu quando informou a existência de um voo diário entre Teresina, São Raimundo Nonato e Petrolina. O senador observou que após três consultas ao governador, Suplicy não apresentou nenhum esclarecimento sobre o assunto. Heráclito desafiou Suplicy a ir até o aeroporto e embarcar nesse voo.

Heráclito ainda questionou a possibilidade de o aeroporto operar voos internacionais com aviões 737-300. Segundo ele, esse tipo de avião presta-se somente para aviação doméstica.

## Heráclito diz que governador usa Suplicy para mentir

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) contestou ontem em Plenário as afirmações do governador do Piauí, Wellington Dias, expressas por meio de carta lida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Heráclito quis saber por que o governador usou Suplicy “para mentir” e por que o senador aceitou subir à tribuna para “dizer inverdades”, em relação ao Piauí.

– Suplicy usou a tribuna do Senado com a responsabilidade de um paulista para trazer mentiras sobre o que acontece no Piauí – disse Heráclito Fortes.

O senador pelo Piauí citou como exemplo declaração de Wellington Dias de que há um voo diário no percurso Teresina-São Raimundo Nonato-Petrolina, que, segundo ele, não existe.

Na opinião de Heráclito Fortes, Suplicy “foi levado na boa-fé”, quando falou em nome do governador. No xen-



Heráclito: Suplicy “foi levado de boa-fé” a ler carta de Wellington

tanto, ele disse não admitir que o erro persista, uma vez que “já houve esclarecimento das falsidades contadas” pelo governador do Piauí.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy ressaltou que as informações contidas na carta que leu em Plenário são de responsabilidade de Wellington Dias.

Suplicy afirmou que o povo do Piauí vai avaliar se a verdade está com Heráclito ou com o governador.



Redução de internações aumenta número de mortes, diz Mão Santa

## Mão Santa critica política de atendimento à saúde mental

Mão Santa (PSC-PI) criticou ontem a política do governo brasileiro de atendimento à saúde mental. O senador leu carta da Federação de Doentes Mentais do Brasil, que responsabiliza a política de reforma psiquiátrica antimanicomial do Ministério da Saúde pela redu-

ção no número de internações psiquiátricas e consequente morte de doentes pelo país.

O senador citou o Piauí, onde, de acordo com dados do Datasus, o número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais cresceu de 25 em 1997 para 264 em 2007 – um au-

mento de 956%. Lá, disse Mão Santa, o Sanatório Meduna está ameaçado de fechamento.

– O sanatório recebe R\$ 28,7 de diária por paciente. Precisa fornecer quatro refeições, remédios, roupas e atendimento. Tem registrado déficit mensal de R\$ 70 mil.

Mão Santa acrescentou que o Sanatório Meduna abriga atualmente 200 pacientes, a maioria sem família.

Em aparte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que há casos mais graves de transtorno mental que demandam um atendimento mais especializado.

## Senadores podem examinar na terça MPs de combate à crise

O Plenário do Senado poderá votar na terça-feira duas medidas provisórias (MPs) editadas em junho para combater os efeitos da crise financeira internacional. Elas aumentam a oferta de crédito do BNDES, ao mesmo tempo em que reduzem o custo de alguns financiamentos e autorizam a criação de fundos destinados a dar garantia aos créditos bancários tomados por pequenas e médias empresas.

Devido às emendas que receberam, as MPs tramitam como projetos de lei de conversão (PLV). Elas foram assinadas há mais de 45 dias pelo presidente e, por isso, têm prioridade de votação no Plenário.

A primeira é a MP 464/09, transformada no PLV 14/09, que autoriza a criação de fundos para garantir créditos a micro, pequenas e médias empresas e autônomos que queiram adquirir máquinas. O governo concluiu que, na crise, essas empresas passaram a enfrentar dificuldades para tomar empréstimos. Os bancos, temendo calotes, se tornaram mais severos ao examinar pedidos de financiamento. Com os fundos de garantia de crédito, o governo acredita que o sistema financeiro voltaria a emprestar sem maiores restrições.

O relator no Senado, Osmar Dias (PDT-PR), apresentou nove emendas, uma delas para autorizar a criação de idênticos fundos destinados a garantir créditos tomados por agricultores e cooperativas rurais. Ele argumenta que, tanto quanto as pequenas empresas, os agricultores também foram afetados pela crise financeira.

Essa medida provisória também repassou R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios exportadores, compensando parcialmente suas perdas com a

isenção do ICMS nas vendas para outros países.

### Produção

A segunda medida provisória, pronta para votação, é a MP 465/09, que tramita como PLV 15/09. Ela autoriza a União a conceder subvenção ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao financiar a produção e a compra de bens de capital e a inovação tecnológica das empresas. Ou seja, a União irá pagar parte dos juros cobrados pelo BNDES, no caso, a diferença entre o custo do dinheiro captado pelo banco e o juro cobrado da empresa, acrescido de uma taxa de remuneração do BNDES.

Para explicar ao Congresso a subvenção, o governo informou que a indústria de bens de capital vinha enfrentando sérios problemas por causa da desaceleração global da economia, registrando queda de 23% em sua produção no mês de março último, em relação a fevereiro. Argumentou ainda

que, na crise, as empresas estavam cortando gastos com inovação tecnológica, o que reduziria a sua competitividade. Por isso, a subvenção beneficia também empréstimos para inovação tecnológica. O relator da matéria é João Pedro (PT-AM).

Com a MP, o governo reduziu os juros que o BNDES pagará ao Tesouro Nacional por R\$ 100 bilhões emprestados em janeiro, levando em consideração que os juros básicos da economia caíram desde então.

Uma terceira medida provisória (MP 467/09) prorroga até 31 de julho do próximo ano 437 contratos de funcionários que trabalham temporariamente em ministérios e órgãos públicos. O relator é Papaléo Paes (PSDB-AP).

## Rádio Senado terá programação especial para crianças no dia 12

Na próxima segunda-feira, o Rádio Senado levará ao ar uma programação especial em comemoração ao Dia das Crianças. Para essa edição do jornal, a equipe de reportagem da rádio preparou matérias sobre iniciativas do Senado para melhorar a vida das crianças brasileiras.

A Rádio Senado terá ainda, no dia 12, edições voltadas para o público infantil nos programas *Autores e Livros*, *Prosa e Verso*, *Contos que Encantam*, *Pergunte ao Doutor*, *Fique Por Dentro da Lei*, *Cine Musical*, *Reportagem Especial*, *Brasil Regional*, e *Pergunte ao Senador*.

As atrações especiais do Dia das Crianças contam com a participação de toda a equipe da Rádio Senado, sob a coordenação dos jornalistas Larissa Bortoni e Maurício de Santi.

A Rádio Senado transmite sua programação para Brasília e regiões vizinhas, na frequência de 91,7 MHz, e também para Natal (106,9 MHz) e Cuiabá (102,5 MHz).

Os 18 estudantes selecionados vão anunciar músicas, notas, vinhetas e chamadas. Vão tam-

Outras matérias só podem ser examinadas após a votação de três medidas provisórias

Comissão de Infraestrutura aprovou redução de impostos sobre a produção de energia eólica, solar e marítima. A pesquisa para o desenvolvimento dessas fontes renováveis também é incentivada

# Proposta dá benefícios tributários a energia limpa

PROPOSTA QUE INSTITUI o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfa) e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Pelo projeto (PLS 311/09), poderão se beneficiar as empresas que trabalham com geração de energia elétrica de fonte eólica, solar e marítima, bem como as que exercem atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração desse tipo de energia, ou de

novas tecnologias ou materiais de armazenamento. As empresas que lidam com produção de veículos tracionados por motor elétrico, híbridos ou não, também poderão ter acesso ao benefício.

Todas essas empresas ficarão isentas de uma série de contribuições e impostos, como o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre a sua receita bruta. Também terão redução de Imposto de Importação sobre bens, sem similar nacional, necessários às atividades. Para ter acesso ao Reinfa, as empresas deverão estar em dia com os tributos e as contribuições admi-

nistradas pela Receita Federal.

Para o autor da proposta, senador Fernando Collor (PTB-AL), o que limita a exploração do potencial de fontes limpas e renováveis é o alto custo do empreendimento, se comparado às fontes convencionais, como as hidrelétricas e termelétricas.

— Entendemos ser oportuna a redução da carga tributária incidente sobre essas fontes alternativas, de modo a dar a elas condições para seu desenvolvimento e exploração no Brasil — explicou Collor.

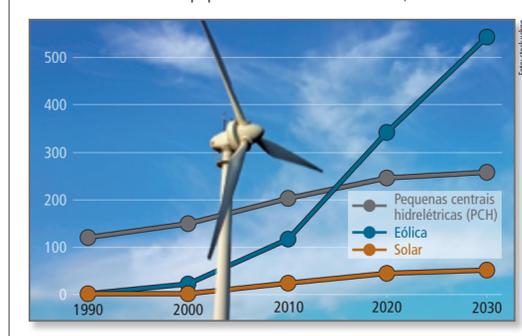
Em seu parecer favorável ao projeto, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) reconheceu que a carga

tributária brasileira é alta e inibe, assim, uma maior aplicação de novas tecnologias. Com o objetivo de aprimorar a proposta, Goellner incluiu, em seu parecer, algumas emendas. Uma delas prevê a inclusão, entre as empresas beneficiárias do Reinfa, as pessoas jurídicas que exerçam pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por biomassa ou por pequenas centrais hidrelétricas.

O relator também acrescentou a isenção do PIS/Pasep e da Cofins sobre bens adquiridos no mercado interno. Foi incluída ainda exigência de índice mínimo de 60% de

### Projeção mundial de geração de eletricidade

Pela previsão do governo, a energia eólica deve apresentar crescimento superior ao da solar e ao de pequenas centrais hidrelétricas até 2030, em TWh



Fonte: Matriz energética nacional 2030 - Ministério de Minas e Energia

nacionalização dos equipamentos, quando aplicável.

Goellner sugere, além disso, que sejam previstos mecanismos alternativos quando a energia elétrica gerada a partir de fontes eólica,

solar e marítima for dependente de variações climáticas.

O projeto será agora votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão definitiva.

## Tarifa menor para acessar internet em cidades pequenas

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que estabelece a cobrança de preço de chamada local para ligações telefônicas interurbanas para acesso à internet em municípios onde não há provedor.

O projeto (PLS 317/05) exige a aplicação da menor tarifa cobrada pelas prestadoras de serviços de telecomunicações para ligações locais, quando as chamadas forem efetuadas a partir de terminais fixos e se destinarem a provedores de acesso à rede mundial de computadores.

Para que não restem dúvidas sobre o valor da menor tarifa, o projeto determina ainda que o valor pago será estipulado com base em todos os planos de serviços, básicos ou alternativos, independentemente das condições e dos requisitos de participação ou das regras do plano e levando em conta ainda quaisquer descontos oferecidos pela operadora.

Ainda segundo a proposta, nos municípios que não há provedores de acesso à internet, as prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir às ligações para os provedores a mesma qualidade das demais ligações interurbanas. Quem infringir essas normas poderá ser punido com pena de detenção, de um a quatro anos, ou multa, além de sanções civis e administrativas aplicáveis.

Segundo Jucá, o objetivo da proposta é viabilizar a inclusão digital nas pequenas localidades e propiciar a interação dessas comunidades ao resto do mundo nas mesmas condições de que gozam os moradores dos grandes centros urbanos.

Em seu voto favorável ao projeto, o relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), lembra que "a ausência de provedores de acesso discado à internet em diversos municípios exige que as pessoas realizem chamadas de longa distância e paguem valores incompatíveis com sua renda familiar, ou se conformem em não consumir um serviço essencial à sociedade moderna".

Para o relator, senador João Durval (PDT-BA), a publicidade dessas informações servirá para tornar mais transparente ao consumidor o mercado de combustíveis.

## Lei do saneamento deve prever redução do consumo de água

A CI aprovou ontem proposta que visa incentivar a redução do consumo de água, modificando a Lei 11.445/07, de diretrizes nacionais para o saneamento básico. O texto alternativo do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ao projeto (PLS 504/07) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) propõe ações de educação ambiental e fomento à pesquisa tecnológica que desenvolva equipamentos sanitários mais apropriados para a preservação dos recursos hídricos.

Valadares lembra, em seu projeto, que "a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico".

— Por esse motivo, é importante que a população também contribua para a sua economia, mediante a adoção de comportamentos e de tecnologias que evitem o desperdício. Afinal de contas, o uso racional de água perpassa a questão da redução do consumo — afirma.

Segundo o relator, que promoveu alterações de redação no projeto original, a proposta é louvável, diante do risco da escassez de água.

— Impõe-se a adoção de medidas de estímulo ao comedimento no consumo de água, seja por meio de ações de educação ambiental, seja pelo fomento à pesquisa e aos aportes tecnológicos que ensejem a utilização de equipamentos sanitários mais consentâneos com a preservação dos recursos hídricos — afirmou Gilberto Goellner em seu parecer.

### BNDES

A CI também aprovou convite ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Ele deverá prestar esclarecimentos sobre investimentos, linhas de crédito e demais financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e sobre a previsão de participação do banco no programa de exploração do petróleo da camada do pré-sal.



Eliseu Resende (E) e Fernando Collor dirigem reunião da CI: comissão aprovou inclusão em lei sobre saneamento básico de diretrizes para economia de água e prevenção de inundações

## Mais atenção às águas pluviais nos planos urbanos

Os planos de saneamento básico deverão incluir medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem. A inclusão desse dispositivo na lei que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei 11.445/07) foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela CI.

Apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), o projeto (PLS 205/08) altera também outras leis para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico

inclua novas tecnologias no sistema de redução de velocidade de escoamento de águas pluviais.

O autor explica, em seu projeto, que uma das maiores causas das enchentes que assolam as cidades é a impermeabilização do solo em áreas urbanas. Ainda há, segundo explica, a diminuição da infiltração da água do solo, que dificulta a formação dos lençóis freáticos.

— Tradicionalmente, o controle de drenagem de águas prioriza tecnologias que levem ao escoamento mais rápido da água proveniente das chuvas. A consequência direta é que a canalização aumenta os picos de vazão à jusante e,

desse modo, a ocorrência de inundações — explica Casagrande.

Em seu parecer favorável ao projeto, o relator Wellington Salgado (PMDB-MG) lembra que as inundações urbanas agravam significativamente os congestionamentos de trânsito, além de criarem problemas para a saúde pública e aumentarem a erosão do solo, que resulta em assoreamento dos rios e deslizamento de terra.

Wellington observou, no entanto, que a redução da velocidade de escoamento das águas pluviais já está prevista na Lei 11.445, que determina, no artigo 36, que se leve em consideração, "em cada

## ANP pode ser obrigada a divulgar dados de fiscalização

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) será obrigada a divulgar relatórios mensais e anuais com nomes e endereços dos postos de combustíveis fiscalizados, autuados, interditados no período e daqueles sem fiscalização há mais de um ano. É o que prevê projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado ontem pela CI em decisão terminativa.

Alvaro Dias afirma que, se o projeto (PLS 469/07) virar lei, tanto os

cidadãos comuns como a imprensa e os setores interessados, com livre acesso às informações, poderão avaliar a qualidade da fiscalização em seus estados. Ele argumenta ainda que "o maior nível de transparência ensejado pelas novas medidas certamente contribuirá para o combate à corrupção e à ineficiência do sistema de fiscalização, o que se traduzirá em melhoria da qualidade dos combustíveis para toda a população".

O relator, Eliseu Resende (DEM-MG), apresentou voto favorável ao projeto. Segundo ele, a legislação em vigor não contém dispositivo que confira maior transparência à atividade de fiscalização exercida pela ANP.

A CI também aprovou projeto que obriga os revendedores de combustíveis a disponibilizar, em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda por eles

## Pesquisadores do ProAntar falam sobre mudança climática

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas promoverá audiência pública nesta terça-feira, às 14h30, para obter informações atualizadas dos pesquisadores do Programa Antártico Brasileiro (ProAntar) sobre as mudanças climáticas globais e seu impacto sobre o clima brasileiro.

Segundo o senador Jefferson Praia (PDT-AM), autor do requerimento para a realização da audiência, os dados possibilitarão que a comissão cumpra

o papel de agente fiscalizador das ações do Poder Executivo em relação ao assunto, subsidiando, também, os trabalhos do colegiado.

Participarão da discussão o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, contra-almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves, e o subsecretário para o ProAntar, capitão de mar e guerra, fuzileiro naval José Robson de Oliveira Medeiros.

## Comissão das Metas do Milênio apresentará plano de trabalho

A Comissão Temporária de Acompanhamento das Metas do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), vai se reunir na próxima quarta-feira para apresentar o plano de trabalho proposto por Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da comissão e autora do requerimento de instalação do colegiado.

A comissão prevê trabalhos externos, realização de audiências públicas e análise de documentos para acompanhar as ações do governo federal para o cumprimento das Metas do Milênio — propostas pela ONU

na Declaração do Milênio, em 2000, e que também devem ser cumpridas por outros 188 países integrantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU-Pnud), até 2015.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) é a presidente da comissão, cujo vice-presidente é Augusto Botelho (PT-RR), e os senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Fernando Collor (PTB-AL) são membros titulares. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) é a primeira suplente do bloco parlamentar da minoria. Os demais membros suplentes ainda não foram designados.

## Raupp antevê desenvolvimento de Rondônia com hidrelétricas

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que Rondônia será beneficiária direta da construção, no rio Madeira, das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Segundo o senador, os efeitos já podem ser sentidos com os enormes canteiros de obras que abrigam mais de 10 mil operários.

— Independentemente de polêmicas sobre repercussões ambientais, a implantação dessas usinas trará para Rondônia um novo ciclo de desenvolvimento. A chegada de grandes contingentes de mão de obra, aumentando a densidade populacional do estado, permitirá multiplicar a força de trabalho que alavancará o nosso progresso — assinalou.

Raupp observou que obras desse porte também permitem a criação de novos núcleos populacionais permanentes, derivados das vilas criadas para alojar operários, técnicos, engenheiros e operadores das usinas. Ele disse que a construção de



Efeitos já podem ser sentidos com os enormes canteiros de obras, diz Raupp

usinas talvez seja "um dos mais eficazes mecanismos de desenvolvimento", pois emprega um grande volume de pessoas e dá início a um processo de expansão econômica.

— Os projetos de geração de energia transcendem governo, devido ao tempo de maturação ser maior que qualquer mandato eletivo. Construir usinas é um compromisso com o Brasil, nunca com partidos, eleições ou caciques políticos — concluiu.

## Oswaldo Sobrinho apoia criação de ZPEs

A criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) pode ajudar o Brasil "a diminuir sua histórica desigualdade regional", na opinião de Oswaldo Sobrinho (PTB-MT). O senador saudou a aprovação, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), do PLS 353/09, do senador licenciado Jayme Campos (DEM-MT) — a quem Sobrinho substitui —, criando uma ZPE em Rondonópolis (MT).

Sobrinho citou estudo da Consultoria Legislativa do Senado

analisando a participação de cada região na composição do PIB do Brasil, o qual revela que, de 1939 a 2005, a do Nordeste caiu de 16,7% para 13%; a do Sul passou de 15,5% para 16,5%; a do Sudeste, de 62,9% para 56,5%; a do Centro Oeste, de 2,1% para 8,8% e a do Norte, de 2,6% para 4,9%. "Ainda persiste uma situação muito desigual", disse. O senador também comemorou o crescimento de 68,4%, segundo o IBGE, no PIB matogrossense entre 2002 e 2006.



Jefferson: Munduruku contribui para preservação de cultura indígena

## Jefferson Praia homenageia escritor índio

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) homenageou ontem o escritor indígena Daniel Munduruku. Autor de obras como *Histórias de índio* e *Meu avô Apolinário*, Munduruku, de acordo com o senador, tem contribuído para a preservação da cultura indígena com suas dezenas de livros – a maioria deles adotada no ensino fundamental.

Jefferson Praia leu trechos de reportagem publicada pela revista *IstoÉ* a respeito da trajetória do líder indígena, professor de Filosofia, criado na aldeia Maracanã, no interior do Pará. De acordo com a revista, entre as 31 obras de Munduruku – muito elogiadas por escritores como Moacyr Scliar –, há uma enciclopédia de verbetes nativos, vencedora do Prêmio Jabuti.

A matéria também conta que Munduruku, cujo nome de batismo é Daniel Monteiro da Costa, foi educado por missionários católicos, em aulas onde era proibido utilizar o idioma indígena. Hoje, é ativista pelos direitos indígenas, tem um *blog* e faz doutorado em Educação.

O senador leu o texto *Piolhos, poesia e política*, a transcrição de uma palestra em que Munduruku faz uma reflexão sobre os significados da expressão “relações harmônicas do homem com a natureza” à luz da tradição cultural indígena.

Na ocasião, o professor disse que, com seus antepassados, aprendeu que “nós não somos donos da teia da vida, somos apenas um de seus fios, e que a gente não tem posse sobre o ambiente, a gente tem parceria, a gente tem que viver como parceiros e não como donos, até porque a terra nos é dada, a natureza nos é dada, a vida nos é dada como um brinde, como um presente, e a gente devia tratar isso como um presente que a gente tem que cuidar direito”.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre o uso dos *royalties* provenientes da exploração do pré-sal, petroleiros sugeriram regulamentação para a política energética

# Ganhos do pré-sal devem ir para educação, diz Cristovam

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) propôs que todos os recursos provenientes da exploração de petróleo na camada pré-sal sejam destinados à educação. Ele afirmou que, assim, “pode-se transformar um recurso esgotável em uma fonte de recursos inesgotável: a inteligência”. O senador fez essas declarações durante audiência sobre o tema promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), da qual é presidente.

Cristovam ressaltou que não há novidade no fato de o país contar com um produto de destaque no mercado internacional. Ele lembrou que, “no passado, o Brasil já teve o açúcar, a borracha, o café e o ouro” como principais itens de sua pauta de exportações, “mas tudo isso deixou poucos resultados para o país, seja do ponto de vista da soberania, seja do ponto de vista da qualidade de vida da população; o Brasil permaneceu desigual tanto antes quanto



Cristovam Buarque (E), João Antônio de Moraes e José Vicente na audiência da CDH

depois desses produtos”.

– Esses recursos [do pré-sal] não podem ser desperdiçados como o foram antes. Por isso, precisamos fazer um grande debate – disse.

O senador alertou ainda para o eventual fim das reservas nacionais de petróleo – inclusive as do pré-sal –, que “pode acontecer em dez, 20, 30 ou 50 anos, mas que certamente vai ocorrer”. E também alertou para a possível substituição, no futuro, do petróleo por outras

fontes de energia.

– É por isso que temos de aproveitar essa oportunidade para construir marcos permanentes na vida social brasileira.

Cristovam também afirmou que “não se pode apenas esperar pelos recursos do petróleo” e que “é um crime adiar os investimentos na educação em nome do pré-sal, inclusive porque não se tem certeza absoluta quanto à quantidade e à qualidade do que se vai encontrar nessas novas reservas”.

## Petroleiros querem monopólio estatal na exploração

Paulo Paim (PT-RS) admitiu ser favorável à proposta apresentada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que sugere uma nova regulamentação para a política energética brasileira. Entre as principais alterações apresentadas pelos petroleiros, destaca-se a defesa do monopólio estatal na exploração da camada pré-sal.

Paim, que é o relator da sugestão apresentada pelos petroleiros à CDH, salientou que o projeto “está bem formulado”. Mas reconheceu que a proposta

ainda deve ser amplamente debatida entre os vários segmentos da sociedade. Os petroleiros defendem que os recursos do pré-sal sejam destinados, prioritariamente, para políticas públicas que combatam as desigualdades sociais.

As afirmações do senador foram feitas durante a audiência na CDH, da qual participaram o presidente da FUP, João Antônio de Moraes, o reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), José Vicente, e a vice-presidente da

União Nacional dos Estudantes (UNE) no Distrito Federal, Tatiane Gomes. Caso a comissão aprove a sugestão dos petroleiros, o colegiado irá transformá-la em projeto de lei da CDH.

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que os *royalties* provenientes da exploração do pré-sal sejam usados na educação, na expansão da cultura, na defesa do meio ambiente, em ciência e tecnologia e no combate à erradicação da pobreza. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu pressa na exploração do pré-sal.

## Augusto celebra atuação das irmãs da Consolata em Roraima

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou ontem o cinquentenário da Ordem das Irmãs Missionárias da Consolata em Roraima. Ele disse que a ordem é reconhecida oficialmente pela Santa Sé como “uma célula viva de evangelização da Igreja e seguidora da doutrina do Divino Mestre”, acrescentando que a obra por ela desenvolvida no estado só merece elogios.

O senador informou que as irmãs missionárias da Consolata atuam nas realidades indígena, urbana e rural, “a serviço do reino de Deus, da vida e da comunhão”, procurando oferecer o Evangelho aos povos, com respeito e valorização de sua realidade cultural.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou, em aparte, a justiça da homenagem às freiras e aos



Augusto diz que trabalho das irmãs na Amazônia só merece elogios

padres que atuam no Hospital Nossa Senhora de Fátima e no Ginásio Euclides da Cunha.



Mozarildo destaca que transformação se deu por um ato parlamentar

## Mozarildo lembra criação do estado de Roraima

Os 21 anos da criação do estado de Roraima foram comemorados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador recordou que a transformação do então território em estado se deu por força de emenda sua, do ex-governador Ottomar Pinto e de vários parlamentares, apresentada na Assembleia Constituinte que elaborou a Carta Magna de 1988. Mozarildo comentou artigo sobre o tema, da jornalista Vanessa Lima, publicado pelo jornal *Folha de Boa Vista*, e destacou o fato de a transformação de Roraima em estado ter se dado por um ato parlamentar, dizendo que, “se os roraimenses fossem esperar que sua emancipação política se desse por ato do Executivo federal, até hoje Roraima seria território”.

O senador afirmou que a condição de território não possibilitava a satisfação integral dos interesses dos cidadãos roraimenses. Segundo ele, a qualidade do governo local, que trazia de Brasília todo o secretariado, não era boa. Mozarildo fez elogios, no entanto, à administração do governador nomeado Ottomar Pinto, que foi reeleito democraticamente por três vezes após a transformação do território em estado.

O nome Roraima, no idioma indígena ianomâmi, significa “serra verde”, que reflete o tipo de paisagem natural encontrada na região. O estado engloba 15 municípios e ocupa uma área geográfica de 224.298,98 quilômetros quadrados. Metade de seu contorno territorial faz limite com fronteiras internacionais: Venezuela, ao norte, e Guiana, a nordeste. A população, segundo o censo de 2006, é de 406 mil habitantes, sendo 334 mil de áreas urbanas e 72 mil da zona rural.

Em apertes, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Rosalba Ciarlini (DEM-RR), Fátima Cleide (PT-AC) e Augusto Botelho (PT-RR) congratularam-se com Mozarildo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Osvaldo Sobrinho

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Senado relembra Guerra do Contestado, encerrada em 1916

O Senado realizou ontem sessão especial em memória da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, que envolveu cerca de 20 mil camponeses que disputaram uma área na divisa entre Paraná e Santa Catarina – posteriormente denominada região do Contestado.

Uma das causas do conflito foi a desapropriação de terras de camponeses para a construção de uma estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Outra causa, a compra de uma grande área por parte de pessoas ligadas à construção da ferrovia, fato que também gerou a expulsão de famílias de camponeses do local. A guerra só terminou

quando tropas militares conseguiram prender um dos líderes do último reduto de rebeldes da revolta, Adeodato, condenado a 30 anos de prisão.

No Plenário havia estudantes de escolas públicas de Santa Catarina, vencedores do concurso de redação “Eu amo Santa Catarina”, acompanhados dos professores. Participaram da solenidade o secretário de Articulação Nacional de Santa Catarina, o ex-senador Geraldo Althoff, o secretário de Turismo do estado, Gilmar Knaesel, e o historiador Aldair Goetten de Moraes. A sessão foi realizada por solicitação de Raimundo Colombo (DEM-SC).



Neuto de Conto (E), Ideli, Knaesel, Mão Santa, Colombo e Althoff durante a sessão

### JOSÉ SARNEY

O senador Mão Santa (PSC-PI), que presidia a Mesa, leu discurso encaminhado pelo presidente do Senado, José Sarney, que lembrou que a Guerra do Contestado foi a maior revolta civil do período republicano, chegando a envolver metade do Exército brasileiro. “Seu maior legado foi forjar e formar a identidade sociocultural do povo catarinense, cuja fibra e união é hoje reconhecida por todos nós, quando vemos a enorme capacidade desse povo de recomeçar do zero após as inúmeras tragédias naturais”, destacou Sarney.

### IDELI SALVATTI

Ideli Salvatti (PT-SC) apontou a importância da reflexão sobre as razões da Guerra do Contestado, no momento em que está sendo discutido o modelo de exploração de petróleo da camada pré-sal, para que erros históricos não se repitam. A senadora se referia a concessão feita pela União, à época, à multinacional americana Brazil Railway, responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com uma série de privilégios que motivaram a revolta popular.

### RAIMUNDO COLOMBO

Raimundo Colombo (DEM-SC) afirmou que Guerra do Contestado foi “a maior e mais violenta revolta civil da República”, envolvendo metade do Exército brasileiro. Ele explicou que o conflito aconteceu por vários motivos, como desmandos de coronéis, empresas ambiciosas, religiosidade popular, medo da volta da monarquia e uma briga entre o Paraná e Santa Catarina pela definição de suas fronteiras. E alertou para o pequeno número de pesquisas sobre o conflito, apesar de sua importância histórica.

### NEUTO DE CONTO

A Guerra do Contestado começou logo após a Constituição do Império criar os estados do Paraná e de Desterro (hoje Santa Catarina) sem estabelecer suas divisas, afirmou Neuto de Conto (PMDB-SC). Depois de muitos combates e mortes, disse o senador, a divisa entre os estados foi acordada, resultando num aumento do território catarinense de 28 mil quilômetros quadrados, onde famílias, “trazendo a esperança, a fé e a força do braço”, domaram a terra para plantar e fundaram vilas e cidades.

### FLÁVIO ARNS

Flávio Arns (PSDB-PR) comparou a Guerra do Contestado com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele afirmou que, mesmo tendo pontos em comum, como a luta pela terra, os dois movimentos não podem ser aproximados, criticando as táticas utilizadas pelo MST de invadir e depredar propriedades. O caminho mais adequado para a reforma agrária, disse, estaria no debate, na criação de leis adequadas e na presença do poder público em todo o processo.

Senador afirma que baixa remuneração contribui para a “situação preocupante” da segurança pública no Brasil e sugere que soldo da PM do DF sirva de base no país

## Zambiasi defende salários mais altos para os policiais

O SENADOR SÉRGIO Zambiasi (PTB-RS) pediu mais apoio das autoridades públicas para os profissionais da segurança pública brasileira. Ele defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 300/08, que prevê a equiparação da remuneração de policiais militares e bombeiros de todos os estados ao soldo dos policiais militares do Distrito Federal.

Zambiasi comparou o soldo inicial de policiais militares e bombeiros em alguns estados: R\$ 996 no Rio Grande do Sul; R\$ 1.313 em Santa Catarina; R\$ 1.801 no Espírito Santo; R\$ 2.070 no Amapá; e R\$ 3.029 no Distrito Federal.

– Nada contra os profissionais do Distrito Federal, muito



Zambiasi: manifestação em Porto Alegre reuniu 5 mil policiais

pelo contrário, mas o que nós queremos é que esse soldo se iguale, seja isonômico com todo o Brasil, que o soldo do PM de Brasília seja base para os PMs de todo o país.

As baixas remunerações, avaliou, são um dos fatores que

contribuem para a “situação preocupante” da segurança pública no Brasil. Zambiasi também defendeu a aprovação da PEC 356/09, que estabelece que a Secretaria Nacional de Segurança Pública complementar os salários dos policiais civis, policiais militares e bombeiros militares.

Ele registrou ainda que uma manifestação de apoio à PEC 300/08 reuniu cerca de 5 mil policiais em Porto Alegre no último dia 5 de outubro.

– O mínimo que se pode fazer é oferecer melhores condições de trabalho, e melhores salários a esses trabalhadores que, por sua exposição constante à violência, sofrem ataques covardes do crime organizado.

## Sarney pede reexame de convênio com a PMDF

O Senado quer que a Polícia Militar do Distrito Federal explique a destinação de recursos oriundos de um convênio firmado para dar segurança ao Legislativo e que foram parar numa outra conta. O presidente da Casa, José Sarney, informou que o convênio deverá ser revisto juridicamente.

– Esse convênio é de 1988, foi feito durante a Assembleia Nacional Constituinte pelo Senado e pela Câmara, para dar segurança aos constituintes. Vigorou até 2007 e então foi revogado. O que acontecia é que eles receberam recursos

que eram destinados a cobrir equipamentos, como viaturas e rádios de comunicação, pegaram o dinheiro e colocaram na conta única do Distrito Federal. Esse dinheiro então perdeu a identidade de onde saía para o convênio e foi destinado a comprar outras coisas da Polícia Militar.

Sarney disse que o Senado terá que determinar, como fez a Câmara dos Deputados, que nesses convênios os equipamentos comprados pela Polícia Militar tenham uma destinação de recursos na exata cifra do seu valor. O que, por acaso, ultrapassar na destinação desse dinheiro terá

de ser devolvido à instituição com a qual foi feito o convênio, no caso o Senado.

– O que for de excesso, se o Senado tiver tido prejuízo, é a hora de a gente recuperar.

Reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* afirma que, no curso desse convênio, foram repassados R\$ 3 milhões à PMDF, e que não havia a comprovação de utilização de R\$ 2,1 milhões.

– Não pedi à PM que devolva o dinheiro. Pedi que, juridicamente, a gente possa examinar a que foram destinados esses recursos – explicou José Sarney.

## Osmar lamenta crescimento da violência em Curitiba

O senador Osmar Dias (PDT-PR) informou que 387 pessoas foram assassinadas na Região Metropolitana de Curitiba nos últimos 60 dias. O número é mais que o dobro de assassinatos na Região Metropolitana de Porto Alegre, comparou. As drogas, apontou o parlamentar, são a principal causa dessa violência.

Osmar Dias contou que uma chacina ocorreu no último final de semana na capital paranaense deixou nove pessoas mortas,

incluindo um bebê de cinco meses. Ele afirmou que a saída é a prevenção, com ações para que os jovens troquem a droga por atividades esportivas, culturais e educacionais.

O senador paranaense também apontou o baixo número de policiais no estado. Segundo ele, a Polícia Militar deveria ter um efetivo de 28 mil policiais, mas há em atuação apenas 17 mil. Na capital, a lotação ideal seria de 4.850 policiais, mas a cidade conta com apenas 3 mil,



Osmar Dias: 387 pessoas assassinadas na Grande Curitiba em dois meses

informou.

Osmar Dias pediu ainda maior fiscalização, pelo Exército e pela Polícia Federal, nas regiões de fronteira do estado.

## Suplicy comenta estudo sobre prostituição infantil

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que traz uma pesquisa pioneira sobre o perfil de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. A pesquisa descobriu que 65% deles usam o dinheiro recebido em troca de sexo para comprar telefone celular, tênis ou roupas da moda. No universo pesquisado, três em cada dez jovens revelaram que se prostituem para comprar drogas.

Citando o coordenador do estudo e psicólogo da Universidade Federal de Sergipe Elder Cerqueira-Santos, o senador

disse que o trabalho mostrou, diferentemente do que se imagina, que as meninas não se encontram em situação de miséria absoluta a ponto de trocar sexo por comida. O que mais apareceu como motivação foram bens de consumo. Essa situação foi encontrada nos oito estados pesquisados (Pará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul), relatou Eduardo Suplicy.

A pesquisa também constatou que os índices de uso de drogas entre as garotas entrevistadas foram mais altos do que os pa-

drões de consumo da população na mesma faixa etária, sendo que 88% admitiram consumir bebida alcoólica e 36% fumam maconha. A Polícia Rodoviária Federal já mapeou 1.819 pontos de risco de abuso infantil nas rodovias brasileiras.

– Eu tenho a convicção de que, quanto mais provermos boas oportunidades de educação para todos os meninos e meninas, relacionado a condições de sobrevivência com dignidade, isso proporcionará às pessoas possibilidades de não ingressar na vida da prostituição – concluiu o senador.

Comissão de Relações Exteriores convidará prefeito de Caracas para expor sua posição, já manifestada em entrevista, a respeito do ingresso de seu país no Mercosul

## Opositor de Chávez defende adesão do país ao Mercosul

O PREFEITO DE Caracas, Antonio Ledezma, será convidado a expor à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a sua posição a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul. Um dos mais importantes opositores do presidente Hugo Chávez, Ledezma pediu ao Brasil e aos demais integrantes do bloco – por meio de entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* – que aceitem o ingresso da Venezuela no Mercosul, como forma de estímulo à democracia venezuelana.

Segundo disse o prefeito na entrevista, Chávez seria “muito mais perigoso isolado”. Esse foi o principal argumento apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP) para sugerir o convite a Ledezma, durante a reunião de ontem da CRE. O presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), anunciou que entraria em contato com Ledezma, para saber se ele poderia comparecer a uma reunião

no dia 22.

Ao sugerir o convite, Suplicy reiterou seu compromisso com a votação, no dia 29, do protocolo de adesão da Venezuela. Por isso, sugeriu que a audiência pública com a presença do prefeito de Caracas, caso venha mesmo a ocorrer, seja realizada uma semana antes. O senador defendeu ainda a presença, na audiência, do embaixador brasileiro junto ao Mercosul, Régis Arslanian.

O parecer do relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), é contrário ao ingresso da Venezuela, principalmente por causa das ameaças à democracia naquele país. O relator, no entanto, manifestou interesse em conhecer os argumentos de Ledezma e deixou aberta a possibilidade de rever o seu voto.

– Se houver exposição convincente de um líder da oposição, eu posso evoluir de posição – afirmou Jereissati.

Fernando Collor (PTB-AL)

observou que a realização de uma nova audiência pública poderia abrir um precedente a que outros convites fosse feitos para novos debates sobre o tema, atrasando a votação do protocolo na CRE.

Por sua vez, Heráclito Fortes (DEM-PI) sugeriu que se convidasse também um representante da Organização dos Estados Americanos (OEA), entidade que produziu recentemente um relatório contendo acusações de violação de direitos humanos na Venezuela. Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com Heráclito, mas ponderou que o debate com o representante da OEA deveria ocorrer mais tarde e incluir outras questões políticas da América Latina.

Ao comentar a possível realização de uma nova audiência, Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que ela dificilmente alteraria o voto dos senadores a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul.

## José Nery lembra os 42 anos da morte de Che Guevara

O senador José Nery (PSOL-PA) homenageou, na quarta-feira, Ernesto Che Guevara, morto há 42 anos, no dia 8 de outubro, pelo Exército da Bolívia, país em que tentava empreender uma revolução nos moldes de Cuba, onde havia atuado junto com Fidel Castro. Na avaliação do senador, Guevara foi alvo de uma missão da Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), “planejada ao arripio da soberania boliviana”.

Nery disse que os Estados Unidos continuam interferindo na política interna dos países latino-americanos, mantêm o bloqueio econômico contra Cuba, aumentam a presença militar na região e reativaram a 4ª Frota da Marinha americana.

– Recordar a data de morte de Ernesto Che Guevara é lembrar-se de seus ideais e de seus sonhos. Estes ideais nunca estiveram tão vivos em nosso continente. São milhões de latino-americanos que anseiam e lutam por verdadeiras mudanças sociais – afirmou.

### Malária

José Nery também relatou os resultados da audiência realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a disseminação da malária no arquipélago do Marajó. Segundo o senador, 42% dos casos de malária no Pará estão concentrados naquela região, com incidência maior em cinco municípios. Ele



Nery reuniu-se com ministro para debater combate à malária no Marajó

informou que somente no município de Anajás, com 25 mil habitantes, foram registrados 19.501 casos de janeiro a setembro deste ano, e que as medidas governamentais empreendidas até o momento não têm sido suficientes para combater e erradicar a malária no Marajó.

Após reunião com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, na quarta-feira, o senador disse que ficou combinado um conjunto de ações que envolverão os governos federal e do Pará, as prefeituras e a sociedade civil. Dentre as ações ficou acertado o aumento de recursos para a vigilância em saúde no município de Anajás; solicitação à Casa Civil de solução para problemas sociais; importação de mosquiteiros para a população; intensificação das ações de prevenção e controle da malária; e a criação de um grupo técnico para análise da situação.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o discurso.

## Sobrinho comemora aprovação de banco para o Centro-Oeste

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) comemorou a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto que autoriza o Executivo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. A instituição, que deverá estimular o desenvolvimento da região, representará um “salto para o futuro” para o seu estado, afirmou o senador.

De acordo com o texto aprovado na quarta-feira pela CCJ – substitutivo de Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto (PLS 303/08) de Lúcia Vânia (PSDB-GO) –, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste terá sede em Brasília e atenderá ao Distrito Federal e aos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

### Atribuições

Entre as atribuições do banco está a de administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A matéria agora será examinada pela Câmara dos Deputados.

Oswaldo Sobrinho disse que



Sobrinho diz que instituição deverá estimular desenvolvimento da região

a decisão da comissão é a coroação de uma luta histórica dos parlamentares do Centro-Oeste. De acordo com o senador, até agora tudo o que foi feito para estimular o desenvolvimento de estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – que, segundo frisou, são recordistas na produção de alimentos – dependeu da boa vontade dos empresários da região.

– Precisamos que o governo federal olhe para as nossas riquezas. Demos um passo adiante na busca de nossos destinos e de nossos ideais – declarou.



Pedido de vista de Heráclito Fortes (2º à esq.) adiou votação de indicação de Wilson Trezza na CRE

## Adiada votação de novo diretor-geral da Abin

A mensagem presidencial que submete ao Senado a indicação de Wilson Roberto Trezza para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deverá ser votada pela CRE somente na próxima quarta-feira. O adiamento da votação, inicialmente prevista para ontem, foi motivado por um pedido de vista apresentado por Heráclito Fortes.

O pedido de vista foi apresentado logo depois que o relator da mensagem, Tasso Jereissati, apresentou seu voto favorável à indicação de Wilson Trezza, que, como observou o relator, “tem larga experiência na área de administração e gestão pú-

blica”. O presidente da comissão, Eduardo Azeredo, chegou a perguntar a Heráclito se não poderia apresentar o pedido depois da exposição de Trezza. Diante da negativa, Azeredo anunciou a realização da sabatina na próxima semana.

Heráclito Fortes declarou que não era contrário à indicação de Trezza, mas sim à maneira “atabalhoada” com que a Abin estaria sendo administrada nos últimos anos.

– A Abin transformou-se em um antro de arapongas. Vários parlamentares tiveram a vida bisbilhotada de maneira ilegal – queixou-se Heráclito.

Wellington Salgado propôs

que a CRE passe a adotar o mesmo procedimento já utilizado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual inicialmente são lidos e discutidos os pareceres a respeito das indicações, sem a presença dos indicados. Somente na semana seguinte, após a concessão de pedido de vista, os indicados comparecem à comissão para participar da sabatina. Wellington Salgado disse ainda lamentar que Heráclito Fortes tenha sido “descortês” com Trezza – afirmação da qual discordou o próprio senador piauiense –, ao apresentar seu pedido de vista diante do indicado.

## Rosalba Ciarlini exalta selo de comércio justo

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou sua ausência nas comemorações pelo recebimento, pela comunidade rural de Pau Branco, no município de Mossoró (RN), do selo Comércio Justo. O selo identifica

agricultores que utilizam práticas agrícolas que respeitam o meio ambiente e promovem o desenvolvimento social.

De acordo com a parlamentar, o melão de Mossoró foi o primeiro do mundo a receber

essa certificação. Ela permite a exportação direta do produto para mercados desenvolvidos. O selo tem validade até setembro de 2012.

Rosalba não pôde comparecer à comemoração na localidade

por estar no sepultamento do monsenhor Américo Vespúcio Simonetti, segundo ela “um grande líder religioso que representou muito para a nossa cidade, para a região Oeste, para o vale do Açu”.